



POLÍTICA DO MINISTÉRIO DO ESPORTE: ENTRE A BUROCRACIA E A PERSPECTIVA DE DESENVOLVIMENTO

POLICY OF THE MINISTRY OF SPORTS: BETWEEN BUREAUCRACY AND THE DEVELOPMENT PERSPECTIVE

*Renato Sampaio Sadi

RESUMO

A burocracia e a perspectiva de desenvolvimento, como ideia central da administração pública, é desenvolvida, neste trabalho, a partir da política do Ministério do Esporte. Os objetivos são: (1) demonstrar o funcionamento dos condicionantes burocráticos, das políticas e dos investimentos/financiamentos do ME; (2) apresentar indicadores econômicos para subsidiar o debate. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa. Processos e condicionantes são analisados no interior das principais políticas do governo, incluindo questões sobre investimento e financiamento. As conclusões indicam ênfase no esporte de rendimento e necessidade de mudança na estratégia do governo.

Palavras-chave: Esporte; Política; Burocracia; Desenvolvimento.

ABSTRACT

The bureaucracy and the perspective of development, as a central idea of the public administration, is developed, in this paper, from the politics of the Ministry of the Sport. The objectives are: (1) to demonstrate the functioning of the bureaucratic constraints, policies and investments / financing of the ME; (2) present economic indicators to support the debate. This is a qualitative research. Processes and constraints are analyzed within key government policies, including investment and financing issues. The conclusions indicate an emphasis on the sport of income and the need to change the government strategy.

Keywords: Sport; Policy; Bureaucracy; Development.

Recebido em: 28/02/2017
Aprovado em: 17/04/2017

*Universidade Federal de São João Del Rei, São João Del Rei, MG
Email: renatosampaio63@gmail.com



INTRODUÇÃO

A política do Ministério do Esporte (ME) no Brasil, apresenta, a partir de 2003, uma acentuada injeção de recursos e uma inflexão na condução da estratégia de trabalho para o setor, incluindo significativa mudança de rota das ações, programas e projetos que o país tinha promovido até então. O poder passa a ser exercido pela esquerda tradicional e compartilhado, de forma objetiva e simbólica, por duas redes de influência, a burocrática e a empresarial.

Neste artigo, o tema burocracia e perspectiva de desenvolvimento é exposto a partir da política do ME na Era Lula/Dilma. Os objetivos podem ser assim enunciados: (1) demonstrar o funcionamento dos condicionantes burocráticos, das políticas e dos investimentos/financiamentos do ME; (2) apresentar indicadores econômicos para subsidiar o debate. A produção se justifica tendo em vista que o ME já consolidou sua atuação, promoveu programas e projetos e já foi objeto de pesquisa acadêmica (STAREPRAVO; ALMEIDA; MARCHI JUNIOR, 2011; MEIRA; BASTOS; BÖHME, 2012; FIGUERÔA et al., 2014; MATIAS et al., 2015; SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

Adotamos como método as incursões de Van Zanten (2009) e Monteiro (2016) em pesquisa qualitativa. Compõe, também, o quadro metodológico, os procedimentos e desdobramentos relativos à elaboração dos gráficos e análise quantitativa, situando os recursos financeiros. Inicialmente, separamos para fins didáticos, uma ligeira diferença entre burocracia e condicionantes burocráticos.

Para o pensamento sistêmico, a burocracia não é só uma engrenagem necessária, mas um eixo de articulação que se ramifica na estrutura hierárquica do Estado, portanto, mais do que um incômodo, trata-se de um corpo clínico que diagnostica, avalia e sugere competências às instituições e às pessoas. No tocante à perspectiva de desenvolvimento, optamos por uma abordagem que faz a junção com a ideia do

crescimento, pois, no período visualizado, houve distribuição de renda e fomento ao esporte. Destacamos, todavia que o excesso burocrático, contribui para o travamento do sistema, tornando-o inoperante, ineficaz e, às vezes, corrupto. O excesso burocrático contradiz a perspectiva de desenvolvimento disseminando-se uma lógica conservadora, isto é, assumindo-se como um mal necessário da política.

Os condicionantes burocráticos, que apresentamos neste estudo, resultam de filtros aplicados às teses da reforma do aparelho do Estado¹. Podem ser considerados componentes sofisticados e, até mesmo, invisíveis, cada vez menos suscetíveis aos olhares rigorosos da crítica. Os condicionantes burocráticos são compostos pelos conceitos de centralização, controle, morosidade, formalismo e engessamento (Quadro 1).

O aparato jurídico, sustentado por uma teia de interesses, conta também, com a adesão e o livre arbítrio da sociedade civil, construtora do Estado. O Estado possui, em sua essência, uma organização burocrática composta por uma elite política, um corpo de funcionários administrativos e uma força pública, civil e militar. O papel desta organização burocrática é exercer o controle social por meio de relações de poder. Como dominação racional-legal e de combate ao patrimonialismo, a burocracia passou por crises e, supostamente, nas tentativas de gerir o aparelho do Estado, estaria delineando um modelo pós-burocrático (MEDEIROS, 2006).

Assim, burocracia e racionalidade instrumental, quando somados, constituem meios seguros pelos quais é possível lançar a perspectiva de desenvolvimento, na tentativa criar realizações condizentes com as promessas eleitorais. Trata-se de permitir que um maior número de pessoas representativas tenha acesso ao conteúdo e as metodologias confidenciais dos projetos. O ME chefiado pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B) em aliança com o Partido dos Trabalhadores (PT) atuou a partir de uma estratégia política que previa a união de esforços para o êxito do governo.

¹ As anomalias da burocracia como, por exemplo, o apego aos regulamentos, a resistência à mudanças, a impessoalidade nas relações profissionais, as dificuldades de prestação de serviço de qualidade à população e as rotinas rígidas, marcadas por excesso de legalismo, caminham na direção contrária à perspectiva de desenvolvimento, acionada a partir da reforma do aparelho do Estado, que introduziu o conceito de eficiência para balizar e equacionar problemas recorrentes que não foram solucionados pelo modelo tradicional de gestão (BERQUÓ, 2004).



O arcabouço legal e jurídico dos pareceres, decretos, resoluções e comissões que discutem documentos e carimbos, aprovando ou não as necessidades da política reforçam as teias da burocracia, impulsionando a racionalidade técnica e instrumental desta perspectiva metodológica e assim, assumindo uma centralidade antes inexistente no discurso eleitoral. Na mesma direção há que se pensar no papel das lideranças e dos intelectuais. Os intelectuais orgânicos, ativos na proposição e intervenção da política constituem uma classe diferente dos intelectuais tradicionais, segundo a concepção gramsciana. Entretanto, quando integrados à burocracia do governo, os intelectuais orgânicos anulam suas antigas convicções, passando a contribuir para a máquina do desenvolvimento (DURIGUETTO, 2014).

A burocracia opera por meio de uma hierarquia rígida de controle, poder, organização, regulação e regulamentação; promove a reprodução acrítica das relações sociais e se apresenta como um peso no aparato jurídico e político. É um esquema que implica no aceite sem questionamentos de normas da estrutura jurídica, na introjeção de valores individualistas que reforçam o egoísmo e abstraem do coletivo a força que se poderia obter numa eventual confrontação e discordância de princípios. As rotinas e os procedimentos são uniformizados havendo continuidade das ações, mesmo que ocorram demissões ou desligamentos.

Quadro 1 – Condicionantes burocráticos

Centralização
Controle
Morosidade
Formalismo
Engessamento

Nota: construção do autor

Os condicionantes burocráticos que permearam a política do ME permitem uma leitura crítica do quadro de tensão estabelecido, pouco provável ao senso comum. Entraves mais subjetivos dos cinco condicionantes podem ter rebaixado as expectativas de êxito do governo, isto é, podem ter colaborado de maneira negativa. É possível, ainda, que o caráter

populista, assistencialista e paternalista da forma de ser do governo tenha feito os condicionantes burocráticos aparecerem nos vários programas e projetos desenvolvidos, com o cariz de um sistema seguro e eficiente. Entendemos, na contramão desse argumento que, esta forma política, serviu para o aprisionamento da criatividade profissional gerando consequências derrotistas e carregando atraso histórico e apatia.

Em razão do monopólio do sistema confederativo e federativo do esporte, o setor foi envolvido por uma estrutura orgânica, visando equilibrar a gestão e a política de grupos interessados em desenvolver projetos.

O capitalismo monopolista traz à tona a natureza parasitária da burguesia [...] a monopolização dá corpo a uma generalizada burocratização da vida social, multiplicando ao extremo não só as atividades improdutivas, mas todo um largo espectro de operações que se vinculam as formas de conservação e/ou legitimação do próprio monopólio. (NETTO, 1981, p. 19)

A ramificação da burocracia e a expansão do capitalismo, considerado por Hobsbawm (1995) *a era de ouro do capitalismo*, trouxe à tona a discussão sobre monopólio, produtividade e especulação. Machado (2006) elege o discurso sobre o desenvolvimento, funcionando como instrumento de mediação das relações de poder e dominação. As sociedades europeias e norteamericana, assumidas como modelo de sociedade para o mundo deveriam ser reproduzidas pelas sociedades consideradas atrasadas por meio de cartilhas e rituais econômico-sociais. Em torno dessa concepção é que o conceito de subdesenvolvimento foi formulado e convertido em eixo e pilar de sustentação das políticas voltadas para a superação do *atraso* e da *pobreza* de países como o Brasil.

Tributos, taxas, transferências e incentivos demarcaram, para o campo das políticas sociais, a perspectiva de *subir na vida*, isto é, sair de uma determinada classe e ascender à superior. Estas políticas tem sido destinadas às classes D e E e, às tentativas de fazer com que subam à classe C. Acima destas classes prevalece a lógica do privado, ou seja, o *social* da política está a



serviço das classes situadas abaixo da nova classe média, um conjunto de extratos C. Na última década as camadas que ascenderam socialmente, tiveram o consumo aumentado (NERI, 2008).

Por outro lado, o discurso sobre o desenvolvimento se assenta em uma relação dicotômica entre políticos e burocratas. Para Loureiro, Abrucio e Rosa (1998) é errôneo adotar a visão de que o político governa e o burocrata administra. O que vem ocorrendo é a burocratização da política e a politização da burocracia, fazendo com que os dois grupos adotem uma estratégia híbrida de atuação. Os autores concluem que os políticos atuam cada vez mais no discurso técnico e os burocratas reforçam os aspectos políticos orientados pelos sinais emitidos por políticos do Executivo, do Legislativo Nacional e de outras esferas de poder. Desta forma, ambos tornam-se *policymakers*, ou seja, decisores com responsabilidade política. A emergência de conceitos como cidadania, participação e gestão social foram elementos que complementaram a noção de desenvolvimento, sendo fundamental planejar e diagnosticar as causas do subdesenvolvimento (PAIXÃO; FREITAS, 2015).

O CONJUNTO DE POLÍTICAS DO MINISTÉRIO DO ESPORTE

O ME passou a ter visibilidade a partir dos megaeventos e, em função disso, acumulou capital simbólico, em forma de poder político. Esse tipo de monopólio trouxe, de um lado, oxigenação às atividades, de outro, ciúmes de grupos que não se sentiam representados. Resguardado pelo conjunto de peças burocráticas, aliado às engrenagens de manutenção no poder, o período estudado registra três Ministros à frente da pasta². Oferta de vantagem econômica às grandes empresas, paternalismo e assistencialismo nas relações do governo federal com o conjunto de instituições, entidades, pessoas jurídicas e físicas foram marcas inequívocas de retrocesso. O ponto

nevrálgico desta estratégia foi a parceria, em forma de casamento simbólico, entre o ME e as instituições internacionais do Futebol e do Esporte Olímpico pelo entusiasmo em sediar a Copa do Mundo de 2014 e a Olimpíada de 2016.

Nesta lógica, dois movimentos são centrais para uma reflexão sobre a política do ME: De um lado, uma análise técnica sobre as estratégias de trabalho, de outro, um olhar político sobre os diferentes agrupamentos partidários, seus interesses e subjetividades. Refletindo sobre estes dois movimentos, percebemos como a esquerda tradicional, no Brasil, tergiversou. Encontramos na concepção de totalidade social, a tentativa de costurar ambos os movimentos, verificando as formas que o Estado disciplina o esporte, de acordo com os interesses das classes dirigentes. Penna, (2013) ao tratar do tema, destaca que, o esporte vem inflamando e alimentando momentos, quase instantâneos, de exacerbação do amor à pátria. O caráter disciplinador é sutil, na medida em que está ajustado às necessidades de manutenção e de legitimidade da dispersão da consciência de classe. A autora adverte que no Brasil, o Estado se adéqua às imposições das grandes corporações esportivas, pois o Capital rompe fronteiras em busca de novos paraísos para produzir lucros. A política das classes dominantes é a favor de um esporte desigual: ricos que se beneficiam e pobres que são excluídos.

Quando observado a partir de uma concepção progressista, de inclusão social e perspectiva de desenvolvimento, o atual quadro socioeconômico e político do Brasil, herdado do patrimonialismo burocrático, injeta e distribui uma maior quantidade de recursos do que a agenda neoliberal anteriormente dominante. Embora ainda insuficientes, o mapa da desigualdade social do país confere diferenças substantivas em relação ao período anterior. Isso pode ser comprovado pelos programas de transferência de renda, fortalecimento de empresas estatais, programas de aceleração do crescimento, facilidades de crédito e pacotes de renúncia fiscal. Tal conjunto de políticas enfrenta a especulação financeira, as raízes do rentismo e a concepção de estado mínimo do

² Agnelo Queiroz, de 1º de janeiro de 2003 a 30 de março de 2006; Orlando Silva, de 31 de março de 2006 a 26 de outubro de 2011; Aldo Rebelo, de 27 de outubro de 2011 a 31 de dezembro de 2015



neoliberalismo. As políticas sociais compensatórias, assim como, as fórmulas de crescimento do emprego e da renda do trabalho conferem legitimidade popular, acomodando os diversos interesses burgueses, combinando e equilibrando produção, especulação, marketing e desobrigação fiscal. O discurso da conciliação de classes desloca, portanto, o centro nervoso do dinheiro para os mecanismos legais que oferecem suporte aos diferentes recursos controlados pelo Estado.

Dentro dessa engenharia de economia política, os programas e as ações aparecem como medidas democráticas e, apesar de suas contradições, realizam o esforço de compensação das desigualdades. Entretanto, ao efetuar uma leitura mais cuidadosa do trâmite de documentos, verificamos que a engrenagem burocrática da formalização da parceria dificulta a participação de pessoas físicas. O programa Segundo Tempo, por exemplo, prevê passos rígidos na celebração de convênios³: Os projetos se encontram prontos, cabendo apenas pequenos ajustes para finalização; Os modelos de elaboração e preenchimento se encontram fechados, ou seja, deve-se acatar todas as regras para o pleito, cumprindo prazos e assumindo riscos; A formalização é marcada por um alto volume de papelório fragmentado por técnicos, que seguem cegas rotinas de trabalho; Exige-se, na assinatura do contrato, um agente de fiscalização externo que funciona como uma espécie de avalista; Os meses iniciais constituem o teste para o parceiro receber a chamada *ordem de início*, documento que sugere centralismo por parte do ME e estar apto a receber as parcelas; A aquisição de materiais esportivos está condicionada à um subprojeto e marcada por exaustivos levantamentos de preços, o que tende a atrasar o atendimento à população-alvo; As marcas e logotipos dos materiais de publicidade passam por rigorosa análise interna antes de seguir para divulgação. Orçamentos e cotações, muitas vezes são devolvidos com base nas justificativas para

as compras; O preenchimento de lista de beneficiados, incluindo os nomes e dados de pai, mãe ou responsável é uma peça estranha no conjunto burocrático; Qualquer relatório que seja recusado impede o desembolso de parcelas; Os processos de capacitação, avaliação e prestação de contas são dificultados por exigências de comprovação em nota fiscal tornando-se um peso a mais na relação máquina - consumidor.

O portal do ME na internet arrola os critérios e documentos para programas e ações da pasta. Os recursos são apresentados de forma transparente; o que não é possível visualizar são as teias do funcionamento burocrático. A estrutura das secretarias, as notícias, os vídeos e a agenda do Ministro, entre outros está suficientemente divulgada⁴. Todavia, a participação ativa do cidadão comum, depende de uma filiação à algum coletivo e se encontra igualmente dependente da relação pseudo-democrática que o ME estabelece. Silva (2016) ao propor uma alternativa à rigidez da burocracia, com a implementação da gestão participativa para melhorar o clima organizacional, defende uma nova política de gerenciamento baseada no *accountability* (meio pelo qual o cidadão cobra os resultados dos gestores). Os gestores estariam mais suscetíveis às opiniões da população e não somente de seus assessores técnicos ou chefias. Isso poderia gerar conflitos e contradições com o modelo hierárquico que é o dominante, pois, em nossa cultura, o fazer público quase sempre é considerado ruim e, portanto, cria dificuldades para a participação ativa. Ao traçar esta lógica com as rotas políticas, os programas e as ações do ME percebemos os traços do autoritarismo, clientelismo e patrimonialismo da burocracia, assim como a influência da política partidária e do corporativismo.

A excitação dos discursos de Ministros produziu expectativas e reforçou os procedimentos burocráticos, por ocasião das três conferências nacionais. Estes eventos teriam

³ A regulamentação dos convênios e termos de cooperação é baseada nas orientações legais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que é observado pelo Tribunal de Contas da União e Controladoria Geral da União. Os principais itens solicitados são: Projeto Básico, Plano de trabalho, Análise Técnica e Jurídica, Publicização e Prestação de contas. Disponível em <http://www.esporte.gov.br>

⁴ Programas e ações destinados ao esporte de alto rendimento: Programa Brasil Medalhas; Programa Atleta Pódio; Rede Nacional de Treinamento; Bolsa Atleta; Lei de Incentivo ao Esporte. Programas e ações destinados à educação, lazer e inclusão social: Centro de iniciação ao esporte; Segundo Tempo; Atleta na Escola; Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável. Disponível em <http://www.esporte.gov.br>



como foco traçar a política do setor. Espalharam-se conferências estaduais e municipais como forma de estimular o debate. Castelan (2011) sublinha que algumas deliberações das conferências foram transformadas em políticas efetivas embora não tenham sido inclusas nos investimentos (e planejamento) do Estado. Nesta linha de argumentação, entendemos que o movimento político das conferências foi operado por duas táticas: a primeira, a tentativa de democratização e inserção de agentes, professores, pesquisadores, secretarias de esporte e educação entre outros sujeitos; a segunda representada pela cúpula partidária da aliança PC do B - PT interessada no respaldo popular a ser conquistado por ocasião da Copa do Mundo e Jogos Olímpicos. As duas táticas foram confinadas na paralisia dos condicionantes burocráticos e na perspectiva do desenvolvimento, que, posteriormente se mostrou catastrófica: além dos resultados negativos do Brasil nos eventos citados e do legado não favorável, os papéis das conferências se tornaram letra morta.

Outra mudança significativa, tendo como discurso a desburocratização, foi operada pelo enxugamento de secretarias nacionais dentro do ME. As Secretarias de Esporte Educacional e a Secretaria de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer foram unificadas a partir de 2011, dando origem à Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (STAREPRAVO; MEZZADRI; MARCHI JÚNIOR, 2015). Ao favorecer o esporte de rendimento e o Futebol, a mudança carregou traços da herança burocrática das duas secretarias. Em outras palavras, trouxe mais trabalho para o mesmo número de pessoas.

OS INVESTIMENTOS/FINANCIAMENTOS NO ESPORTE

Os investimentos em esporte são formas pelas quais o setor sobrevive e constrói seu caminho, equalizando, neutralizando e naturalizando os conflitos sociais e, em uma medida maior, a questão social. Enquanto o termo investimento implica em intenção daquele que investe, questão que se traduz na obtenção

de retorno econômico, após um determinado período de tempo que se convencionou chamar de *longo prazo*, o termo financiamento sugere aplicação financeira dos recursos, ou seja, um determinado crédito disponibilizado por um período específico e, nesse caso, de *curto* ou *médio prazos*. As formas são semelhantes, mas não coincidentes; os recursos, todavia, são os mesmos, certo quantitativo de dinheiro que é controlado pelo Estado, alocado em valores autorizados e liquidados pelo ME (ATHAYDE; MASCARENHAS; SALVADOR, 2015).

O alargamento de direitos econômicos e sociais, incluindo o esporte nesse pacote, implica na efetivação de novas possibilidades de organização e distribuição de recursos federais, visando reduzir a tendência desagregadora do capitalismo e de sua burocracia, inclusive, com incrementos na transparência e na socialização de projetos de qualidade comprovada, assim como a aprovação de projetos em processo de crescimento.

Ter direito ao esporte para além das pautas legais é ainda, um desafio não plenamente abraçado pelo Estado e pelo empresariado. Há desconfiças que necessitam ser superadas, trilhas desagregadoras, que necessitam ser desburocratizadas e substituídas por apostas conscientes. No interior desta expressão reside uma necessidade básica a ser defendida: a elevação de investimentos (quantidade) e a gestão dos processos (qualidade).

Os partidos, que chefiaram a cúpula do ME, trilharam sua permanência no poder, aprendendo com a gestão do esporte e criando artimanhas políticas para solidificar sua atuação partidária. Houve capilarização desta política, nas secretarias de esporte e oportunismo de uma empreitada que, pouco se articulou com o esporte como uma ferramenta pedagógica e social. Apostando no crescimento e desenvolvimento quantitativo e qualitativo dos recursos, no respaldo social, na formação de novos quadros, na ramificação das parcerias, na aquisição de bens móveis e imóveis, no aumento do tempo de inserção na mídia televisiva e no aumento do poder de barganha, as lideranças do esporte esquivaram-se das pautas estratégicas.

Os recursos foram dirigidos, predominantemente, para o esporte de rendimento,

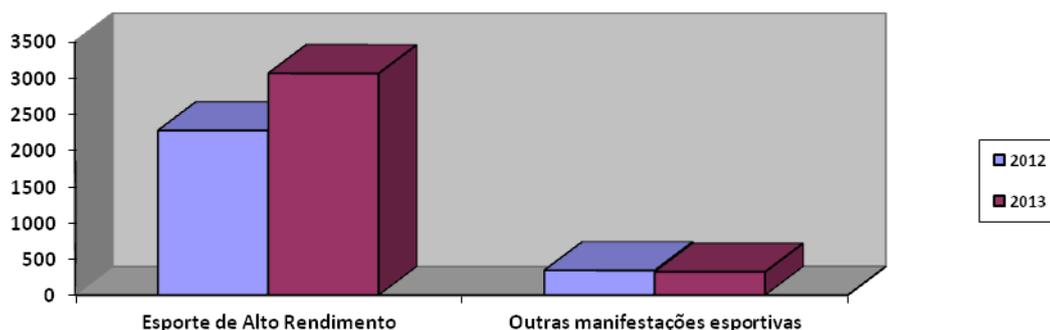


em parcerias que acataram a ideologia do poder, promovendo o esporte por meio do jogo de ganhar dinheiro em eventos, na propaganda e no marketing. O discurso social do esporte como ferramenta educativa foi preservado vendendo-se a falsa ideia da perspectiva do desenvolvimento.

Encontramos resultados que demonstram um crescimento expressivo do orçamento registrado

para os programas esportivos federais, quando se observa um intervalo de dez anos⁵. O aumento foi direcionado para o esporte de rendimento, sobretudo para o Programa Esporte e Grandes Eventos Esportivos, criado em 2012, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 1 – Orçamento para programas esportivos federais



Obs.: valores expressos em milhões de reais.

Nota: adaptado de Silva, Borges e Amaral (2015).

O centralismo democrático do PC do B foi combinado com o democratismo ilusório do PT, fazendo o ME, cumprir ditames burocráticos, se tornando hostil ao tema da transformação e, portanto, neutralizando a base educativa, peça estratégica para a formação de esportistas e atletas.

Instituições públicas e privadas, patrocinadoras do esporte, buscaram consolidar suas marcas e fixar seus nomes como empresas responsáveis, que contribuem com questões sociais⁶. Determinadas fatias do patronato foram inseridas no conceito de responsabilidade social, que se reveste de consciência coletiva, civismo, ética e cidadania em prol de uma sociedade justa. As intenções e determinações deste conceito seriam impactadas ainda, por um novo prisma de desenvolvimento empresarial, ou seja, uma tendência de projeção para além do ambiente produtivo (OLIVEIRA; SCHWERTNER, 2007).

As entidades investem valores na perspectiva do desenvolvimento, agregado à responsabilidade social, visando benefícios fiscais como contrapartida do Estado.

O ME, como indutor destas políticas, cumpriu o papel de fortalecer a burocracia e auxiliou o governo na promoção de suas marcas. (Brasil, um país de todos; Brasil, país rico é país sem pobreza; Brasil, pátria educadora) Programas e ações ocuparam a agenda ministerial que, se de um lado, apresentou resultados positivos se comparado ao histórico do setor, de outro, se manteve refém das instituições controladoras do esporte no país, destacadamente, o Comitê Olímpico Brasileiro – COB e a Confederação Brasileira de Futebol – CBF, entidades historicamente beneficiadas com recursos do Estado Brasileiro⁷.

No que se refere à Lei de Incentivo ao

⁵ O orçamento total do Ministério do Esporte no ano de 2004 foi de R\$ 358.201.298 e no ano de 2013 de R\$ 3.382.609.335, quase dez vezes mais (SILVA; BORGES; AMARAL, 2015).

⁶ Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e social, Caixa Econômica Federal, Correios, Eletrobrás, Infraero e Petrobrás pelo lado estatal, juntamente com Bradesco, Itaú, Votorantim, Unilever, Nestlé, Adidas, Heineken e Topper, pelo lado privado são os principais patrocinadores do esporte oficial no Brasil.

⁷ Com formato diferente do incentivo fiscal, a Timemania foi uma ação de ajuda aos clubes de Futebol permitindo o parcelamento das dívidas em até 240 meses, buscando-se a regularização da situação fiscal com o Instituto Nacional do Seguro Social, a Receita Federal do Brasil, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Disponível em <http://www.esporte.gov.br>



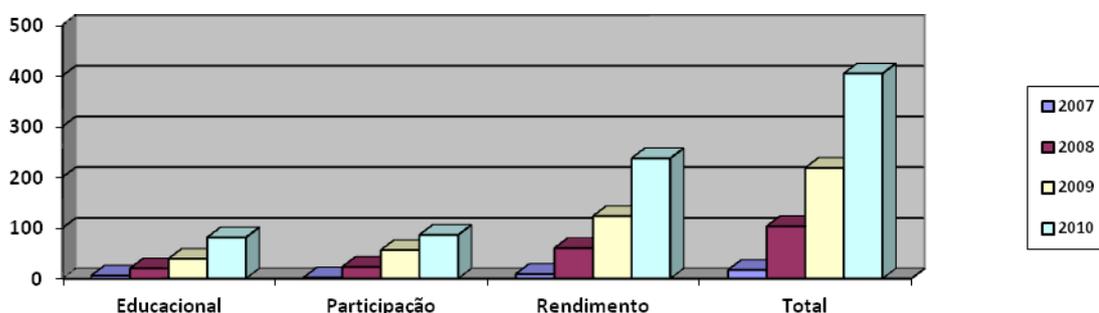
Esporte (LIE), os projetos aprovados pela Comissão Técnica do ME foram disponibilizados para captação de recursos e, inicialmente, ocorreu uma fase de contenção, devido à organização ainda incipiente, relativa aos trâmites da burocracia. A fase de contenção (2007-2010) pode ser traduzida por uma estratégia limitadora no que se refere ao processo de democratização do acesso ao esporte, mas também pode significar deliberada intenção em alocar recursos em outros programas e projetos. A fase de contenção foi seguida pela fase de desenvolvimento (2011-2014).

Na fase de contenção foram identificados, 646 projetos aprovados pela Secretaria de Esporte de Alto Rendimento do ME, observando-se um aumento progressivo do número de projetos a cada ano: 13 em 2007, 107 em 2008, 169 em 2009 e 357 em 2010. Deste total, 123 projetos podem ser relacionados à formação esportiva, o que corresponde a 19%. Há ainda,

uma disparidade entre os estados do Sudeste em relação ao restante do país. (BASTIDAS; BASTOS, 2011) Na fase de desenvolvimento o número total de projetos ultrapassou a casa dos dois mil com predomínio à área do rendimento.

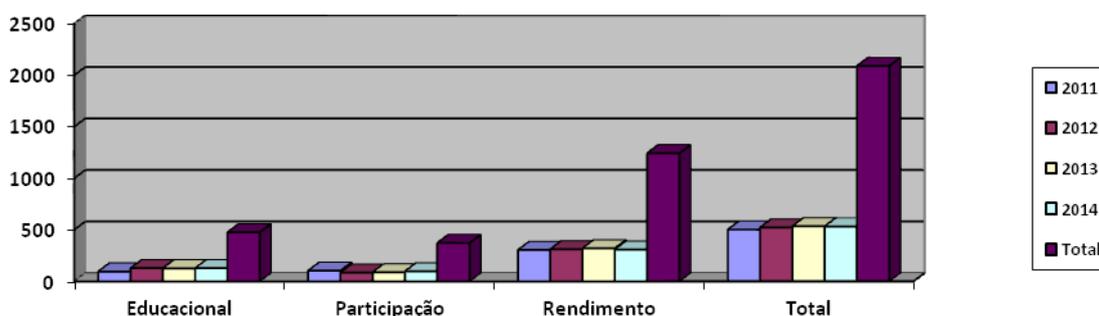
Os dados quantitativos apresentaram tendências que podem ser interpretadas, do ponto de vista crítico, pelas lentes da contradição. Visualiza-se a evolução no número de projetos aprovados (total e por manifestação esportiva) e que foram autorizados a buscar captação de recursos. Os valores totais disponibilizados, em milhões de reais por ano e por manifestação esportiva revelaram injeção de recursos com ênfase na manifestação *esporte de rendimento*. O volume dos investimentos, embora ascendente, está direcionado aos grandes aglomerados econômicos e suas respectivas contribuições, que são trocadas por fatias de poder político e simbólico.

Gráfico 2 – Evolução no número de projetos aprovados a partir da Lei de incentivo ao Esporte – Fase de contenção



Nota: construção do autor

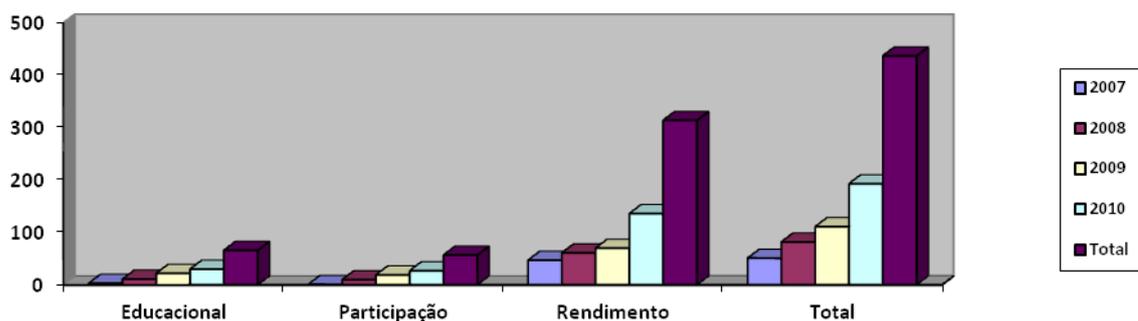
Gráfico 3 – Evolução no número de projetos aprovados a partir da Lei de incentivo ao Esporte – Fase de desenvolvimento



Nota: construção do autor

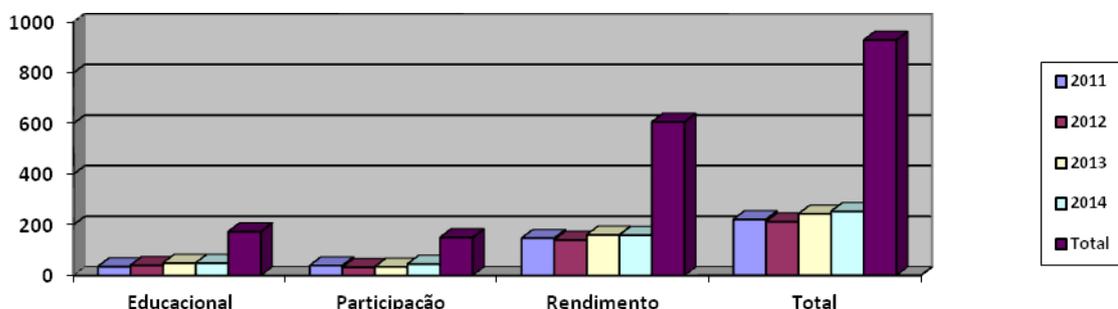


Gráfico 4 – Evolução de valores dos projetos aprovados, em milhões de reais – Fase de contenção



Nota: construção do autor

Gráfico 5 – Evolução de valores dos projetos aprovados, em milhões de reais – Fase de desenvolvimento



Nota: construção do autor

É importante destacar que existem lobistas, conhecedores do maquinário legalista, que trabalham para que as empresas apresentem projetos com baixo risco de reprovação e potencialmente viáveis para captação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As iniciativas de angariar recursos oxigenando a dinâmica econômica, envolvida no esporte como patrimônio humano e cultural, não só foram louváveis, como também, produziram um efeito cascata, de apoio popular ao governo. Entretanto, os condicionantes burocráticos, funcionando como entraves, contribuíram para a perda de foco na alocação dos recursos e, ainda ofuscaram a estratégia. A perspectiva de desenvolvimento, por sua vez, se mostrou tímida e atada aos compromissos conservadores. Nesse sentido, seria importante tornar os projetos mais flexíveis, do ponto de vista da burocracia. Poder-se-ia pensar, por exemplo, na produção de um

ranking das empresas e de seus investimentos como um atrativo para os patrocinadores e, também, a criação de um selo de responsabilidade das empresas. Outra proposição interessante seria a criação de fóruns online para a participação popular.

A extração e análise dos dados deste estudo permitiu situar os anseios da política de esporte em um quadro econômico e social de desigualdade combinado com o negativismo da burocracia e a perspectiva de desenvolvimento. A questão da concentração dos recursos e seu flagrante direcionamento ao esporte de rendimento sugere que o governo estava mais interessado na capacidade midiática dos megaeventos e nos índices de popularidade do que nas outras manifestações do esporte (BUENO, 2008).

Comungando com os resultados de Meira, Bastos e Böhme (2012) de que o país possui ações isoladas oriundas do COB e do ME, não havendo prioridade na aplicação dos recursos financeiros em modalidades com chances reais



de medalhas, evidencia-se a falta de foco na estratégia esportiva da área do rendimento. Embora, pela LIE, este setor tenha contado com um maior volume de recursos, a distribuição, gestão e os mecanismos de transparência ainda não foram suficientemente saturados. Houve descontinuidade orçamentária em ações relativas à infraestrutura, ciência e tecnologia aplicadas ao esporte e formação de atletas (CASTRO; POFFO; DE SOUZA, 2016).

Na mesma direção, no que se refere às manifestações esportivas de participação e educação, os tímidos recursos implicam na constatação de que este tipo de política não está alinhada à política socioeconômica de transferência de renda do governo que, a despeito das críticas, promoveu, globalmente, uma oxigenação econômica nas classes D e E.

Dessa forma não apenas a LIE, mas todos os outros programas e ações podem ser reprocessados no sentido de atender a quem realmente precisa deles.

Ao centralizar as decisões políticas, o ME assumiu a responsabilidade, não apenas na definição de prioridades dos recursos, mas, também, na direção de sua transparência e do compromisso com a inclusão social. O peso

burocrático contribuiu como uma armadilha, para a falta de oportunidades, falta de democracia, falta de agilidade na comunicação, falta de confiança com a verba pública e, principalmente, com a demora com todo tipo de processo, obra, convênio, evento e/ou empréstimo, realizado pelo poder estatal.

Travados por bases econômicas de transações elevadas em um pequeno número de patrocinadores, as diversas engrenagens da educação e inclusão social foram preteridas. Um novo ordenamento político, jurídico e burocrático, que possa favorecer setores pequenos e médios, assim como agilizar discussões de mérito dos projetos e enxugar caminhos e penduricalhos dos condicionantes burocráticos não só é desejável como necessário à perspectiva de desenvolvimento. Criar rotas de rompimento com estruturas viciadas do esporte brasileiro, corrigir erros e alterar rotas, são caminhos produtivos nas discussões estratégicas.

Por fim, as responsabilidades precisam ser compartilhadas entre Estado, empresariado e sociedade civil, sob pena de se valorizar, em excesso, a participação de uns em detrimento de outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. O financiamento dos programas federais de esporte e lazer no Brasil (2004 a 2008). **Movimento**, v. 16, n. 4, p. 73, 2010.

ATHAYDE, Pedro; MASCARENHAS, Fernando; SALVADOR, Evilásio. Primeiras aproximações de uma análise do financiamento da política nacional de esporte e lazer no Governo Lula. **Revista brasileira de ciências do esporte**, v. 37, n. 1, p. 2-10, 2015.

BASTIDAS, Marina Gallego; BASTOS, Flávia da Cunha. A lei de incentivo fiscal para o desporto e a formação de atletas no Brasil. **Revista intercontinental de gestão desportiva**, v. 1, n. 2, p. 111-121, 2011.

BERQUÓ, Laura Taddei Alves Pereira Pinto. O princípio da eficiência e o setor público não-estatal. **Prima Facie-Direito, História e Política**, v. 3, n. 4, p. 140-156, 2004.

BUENO, Luciano. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento**. 296f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2008.



CASTELAN, Lia Polegato. **As conferências nacionais do esporte na configuração da política esportiva e de lazer no Governo Lula (2003-2010)**. 186f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2011.

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; POFFO, Bianca Natália; DE SOUZA, Doralice Lange. Financiamento do esporte de rendimento no Brasil: Programa "Brasil no esporte de alto rendimento" (2004-2011). **Revista brasileira de ciência e movimento**, v. 24, n. 3, p. 146-157, 2016.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. **Serviço social & sociedade**, São Paulo, n. 118, p. 265-293, 2014.

FIGUERÔA, Katiúscia Mello e colaboradores. Planejamento, ações e financiamento para o esporte em tempos de megaeventos. **Motrivivência**, v. 26, n. 42, p. 55-71, 2014.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOPEZ, Felix; BUGARIN, Maurício; BUGARIN, Karina. Rotatividade nos cargos de confiança da administração federal brasileira (1999-2012). **Anais do V Congresso CONSAD de Gestão Pública**. Brasília, DF, 2014.

LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; ROSA, Carlos Alberto. Radiografia da alta burocracia federal brasileira: o caso do Ministério da Fazenda. **Revista do serviço público**, v. 49, n. 4, p. 46-82, 2014.

MACHADO, Vilma de Fátima. A produção do discurso do desenvolvimento sustentável: de Estocolmo à Rio-92. **Encontro Nacional da ANNPAS**, v. 3, p. 1-16, 2005.

MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. Do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático: reflexões sobre a burocracia estatal. **Organizações & sociedade**, v. 13, n. 37, p. 143-160, 2006.

MATIAS, Wagner Barbosa e colaboradores. A lei de incentivo fiscal e o (não) direito ao esporte no Brasil. **Movimento**, v. 21, n. 1, p. 95, 2015.

MEIRA, Tatiana de Barros; BASTOS, Flávia da Cunha; BÖHME, Maria Teresa S. Análise da estrutura organizacional do esporte de rendimento no Brasil: um estudo preliminar. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 26, n. 2, p. 251-262, 2012.

MONTEIRO, Regina Clare. Pesquisa qualitativa como opção metodológica. **Pro-Posições**, v. 2, n. 2, p. 27-35, 2016.

NERI, Marcelo Cortes e colaboradores. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, CPS, 2008.

NETTO, José. Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

OLIVEIRA, Lourival José de; SCHWERTNER, Isadora Minotto Gomes. Breve análise das práticas de responsabilidade social empresarial e a concessão de incentivos governamentais em âmbito federal. **Jus Navigandi, Teresina**, v. 12, 2007.



PAIXÃO, Alessandro Gonçalves da; FREITAS, César Augustus Labre Lemos de. Desenvolvimento e distribuição de renda: novos elementos para o debate. **Revista de direito**, v. 11, n. 13, 2015.

PENNA, Adriana. Megaeventos esportivos no Brasil: raias abertas para a corrida do capital. **O social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVI, n. 29, p. 209-234, 2013.

SANTOS, Luiz Alberto dos. Burocracia profissional e a livre nomeação para cargos de confiança no Brasil e nos EUA. **Revista do serviço público**, v. 60, n.1, p. 5-28, 2009.

SILVA, Dirceu Santos; BORGES, Carlos Nazareno Ferreira; AMARAL, Silvia Cristina Franco. Gestão das políticas públicas do Ministério do Esporte do Brasil. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 29, n. 1, p. 65-79, 2015.

SILVA, Marcos Antonio Loureiro da. **O clima organizacional gerado pela rigidez da burocracia**. 8f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração Pública). Disponível em: <<http://repositorio.uff.br/jspui/bitstream/1/2227/1/Marcos%20Ant%C3%B4nio%20Loureiro%20da%20Silva.pdf>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; DE SOUZA, Juliano; JUNIOR, Wanderley Marchi. Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: uma proposta teórico-metodológica de análise. **Movimento**, v. 17, n. 3, p. 233, 2011.

STAREPRAVO, Fernando Augusto; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JUNIOR, Wanderley. Criação e mudanças na estrutura do Ministério do Esporte do Brasil: tensões nas definições de espaços. **Revista brasileira de educação física e esporte**, v. 29, n. 2, p. 217-228, 2015.

VAN ZANTEN, Agnes. Pesquisa qualitativa em educação: pertinência, validade e generalização. **Perspectiva**, v. 22, n. 1, p. 25-45, 2004.